



# Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

## Resolução nº 015/2000

**Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Godoy Moreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.**

### TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I Disposições Preliminares

**Art. 1º** - A Câmara Municipal é órgão legislativo do município e se compõe de vereadores eleitos nos termos da legislação vigente.

**Art. 2º** - A Câmara tem funções legislativas e exerce atribuições de fiscalização financeira e orçamentária, controle e assessoramento dos atos do Executivo, e pratica atos de administração interna.

**Art. 3º** - A função legislativa consiste em elaborar leis referentes a todos os assuntos de competência do município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado.

§ 1º A função de fiscalização e controle de caráter político administrativo atinge apenas os agentes políticos do município (Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais e Vereadores).

§ 2º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicação.

§ 3º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

**Art. 4º** - As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1º Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão as sessões ser realizadas em outro local, por decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

#### CAPÍTULO II Da Sessão de Instalação

**Art. 5º** - No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às 9:00 horas, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do vereador mais idoso dos presentes, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. O Presidente prostrará o seguinte compromisso: **“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM-ESTAR DO SEU POVO”**. Em seguida, o Secretário designado para esse fim, pelo Presidente, fará a chamada de cada Vereador, que declarará: **“ASSIM O PROMETO”**.

§ 1º O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo até 15 (quinze) dias após a primeira sessão ordinária da legislatura.

§ 2º Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, e se havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 3º Se acaso nenhum candidato obtiver maioria absoluta, proceder-se-á imediatamente a novo escrutínio, no qual considerará-se-á eleito o mais votado, ou no caso de empate o mais idoso.

§ 4º Não havendo número legal, o Vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

**Art. 6º** - À Mesa competem as funções diretiva, executiva e disciplinadora de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

**Art. 7º** - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia do primeiro período de sessões ordinárias do ano respectivo, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

**Art. 8º** - A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

**Art. 9º** - O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo, na mesma legislatura.

**Art. 10º** - Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído, sucessivamente pelo Vice-Presidente ou Secretários.

§ 1º Ausentes o primeiro e segundo secretários, o Presidente convocará um dos vereadores presentes para assumir os encargos da Secretaria.

§ 2º Ao abrir-se uma sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa, e de seus substitutos legais, assumirá a Presidência o vereador mais idoso entre os presentes, que escolherá entre seus pares o Secretário.

§ 3º A Mesa composta na forma do parágrafo anterior, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular, ou de seus substitutos legais.

**Art. 11º** - As funções dos membros da Mesa cessarão:

- I pela posse da Mesa eleita para o período legislativo seguinte;
- II pelo término do mandato;
- III pela renúncia apresentada por escrito;
- IV pela morte;
- V pela perda ou suspensão dos direitos políticos;
- VI pelos demais casos de extinção ou perda de mandato.

**Art. 12º** - Os membros eleitos da Mesa assinarão o respectivo termo de posse.

**Art. 13º** - Dos membros da Mesa em exercício, apenas o Presidente não pode fazer parte de comissões.

**Art. 14º** - A eleição da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, por voto indevassável, em cédula única, impressa ou datilografada com indicação dos nomes e respectivos cargos.

§ 1º A cédula será envolvida em sobrecartas, devidamente rubricada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário, sendo recolhida em urna à vista do Plenário.

§ 2º Encerrada votação, far-se-á a apuração e os eleitos serão proclamados pelo Presidente, ficando automaticamente empossados.

**Art. 15º** - Vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada a eleição, no expediente da primeira sessão seguinte, para completar o biênio do mandato.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

Parágrafo Único: Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á a nova eleição na sessão imediata a que se deu a renúncia sob a Presidência do Vereador mais idoso, dentre os presentes, observando o disposto do artigo 5º e seus parágrafos.

**Art. 16º-** A eleição da Mesa ou preenchimento de qualquer vaga far-se-á em votação secreta, observadas as seguintes exigências e formalidades:

- I. presença da maioria absoluta dos vereadores;
- II. chamada dos vereadores que depositarão seus votos em uma urna para esse fim destinada;
- III. proclamação do resultado pelo Presidente.

**Art. 17º -** Compete à Mesa dentre outras atribuições:

- I. enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;
- II. Elaborar e encaminhar, até o dia 31 de agosto de cada ano a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta orçamentária do Município;
- III. propor ao Executivo a criação ou extinção de cargos da Secretaria da Câmara, e fixação dos respectivos vencimentos;
- IV. propor projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, desde que os recursos respectivos provenham da anulação parcial ou total de dotações da Câmara;
- V. devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;
- VI. orientar os serviços da Secretaria da Câmara e também elaborar o seu Regimento Interno;
- VII. nomear, promover, remover, suspender e demitir funcionários da Câmara, conceder-lhes férias, licenças, abono de faltas, aposentadoria e acréscimo de vencimentos, e promover-lhes a responsabilidade administrativa;
- VIII. proceder a redação final das resoluções, modificando o Regimento Interno ou tratando de economia interna da Câmara.

### **CAPÍTULO III Do Presidente**

**Art. 18º-** O Presidente é o representante da Câmara em suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas.

Parágrafo Único - Compete privativamente ao Presidente:

- I. representar a Câmara em juízo ou fora dele;
- II. dirigir e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III. interpretar e cumprir o Regimento Interno;
- IV. promulgar Resoluções e Decretos Legislativos, bem como, as leis com sanção, tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não foram promulgadas pelo Prefeito;
- V. fazer publicar atos da Mesa, as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;
- VI. declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII. requisitar à conta de dotações da Câmara, para serem processadas e pagas pelo Executivo, as suas despesas orçamentárias;
- VIII. apresentar ao plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior.
- IX. decretar a prisão administrativa de servidor da Câmara omissos ou remissos na prestação de contas públicas sujeitas à sua guarda;
- X. solicitar pedido de intervenção no município nos casos previstos pela Constituição do Estado;
- XI. representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- XII. manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar força necessária para esse fim;
- XIII. convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as leis da República e do Estado, as Resoluções e leis municipais, além das determinações do presente Regimento;
- XIV. convocar a Câmara extraordinariamente;
- XV. determinar ao Secretário a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes; conceder ou negar a palavra aos vereadores, nos termos deste Regimento, bem como, não consentir divagações ou incidentes estranhos aos assuntos em discussão;



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

- XVI. declarar finda a hora destinada ao Expediente, ou à Ordem do Dia e os prazos facultativos aos oradores;
- XVII. prorrogar as sessões, determinando-lhes a hora;
- XVIII. determinar a verificação da presença;
- XIX. nomear os membros das Comissões, e Comissões Especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhes substitutos;
- XX. preencher vagas nas Comissões nos casos do Artigo 36º;
- XXI. assinar os editais, as portarias e o expediente da Câmara;
- XXII. dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Suplentes, bem como, presidir a sessão de eleição da Mesa quando de sua renovação, e dar-lhe posse;
- XXIII. declarar a destituição do vereador de seu cargo na Comissão, nos casos previstos no Parágrafo único do artigo 35º;
- XXIV. manter a ordem dos trabalhos, advertindo os vereadores que infringirem o Regimento, retirando-lhes a palavra ou suspendendo a sessão;
- XXV. resolver soberanamente, qualquer questão de ordem ou submetê-la ao plenário quando omissor o Regimento;
- XXVI. solicitar que seja anotado em livro próprio, os precedentes regimentais para a solução dos casos análogos;
- XXVII. superintender e censurar a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo expressões vedadas pelo Regimento;
- XXVIII. rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria;
- XXIX. superintender os serviços administrativos, autorizar nos limites do seu orçamento as suas despesas, observadas as formalidades legais e, requisitar ao Executivo os respectivos pagamentos;
- XXX. apresentar no fim do mandato de Presidente, o relatório dos trabalhos da Câmara;
- XXXI. determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos;
- XXXII. dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus ou da Câmara;

**Art. 19º** - É ainda atribuição do Presidente:

- I. substituir o Prefeito nos casos previstos na Lei Orgânica o Município;
- II. zelar pelo prestígio da Câmara e pelos direitos, inviolabilidade, garantia e respeito devidos a seus membros.

**Art. 20º** - Quando o Presidente exorbitar as funções que lhe são conferidas neste Regimento, qualquer vereador poderá reclamar sobre o fato, cabendo-lhe recursos do Ato do Plenário.

§ 1º Deverá o Presidente submeter-se à decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente.

§ 2º O Presidente não poderá apresentar proposições, nem tomar parte nas discussões, sem passar a Presidência a seu substituto.

**Art. 21º** - O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá direito a voto, quando:

- I. a matéria exigir, para sua deliberação, o voto da maioria absoluta ou de dois terços dos membros da Câmara;
- II. quando houver empate em qualquer votação, simbólica ou nominal;
- III. nos casos de escrutínio secreto.

**Art. 22º** - No exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá o Presidente ser interrompido ou aparteado.

**Art. 23º** - Quando o Presidente não se achar no recinto à hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente o substituirá, cedendo-lhe o lugar logo que, presente, desejar assumir a cadeira presidencial.

**Art. 24º** - Cabe ao Vice-Presidente substituir o Presidente em casos de licença, impedimento ou ausência do município, por prazo superior a dez dias.



# Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

## CAPÍTULO IV Dos Secretários

**Art. 25º**- Compete ao Primeiro Secretário:

- I. constatar a presença dos vereadores, ao abrir-se a sessão confrontando-a com Livro de Presença, anotando os que compareceram e os que faltaram, com causa justificada ou não, e consignar outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o referido Livro no final da sessão.
- II. fazer a chamada dos vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente;
- III. ler a ata, as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da Casa;
- IV. fazer a inscrição dos Oradores;
- V. superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão e assiná-la juntamente com o Presidente;
- VI. redigir e transcrever a ata das sessões secretas;
- VII. assinar com o presidente os atos da Mesa;
- VIII. inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observações ao Regulamento.

**Art. 26º**- Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas licenças, impedimentos ou ausências.

## CAPÍTULO V Do Plenário

**Art. 27º** - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º O local é o recinto de sua sede.

§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão, regida pelo capítulo referente à matéria, estatuído neste Regimento.

§ 3º O número é o quorum determinado em lei ou no Regimento, para a realização das sessões e para as deliberações, ordinárias e especiais.

**Art. 28º** - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, por maioria absoluta ou por maioria de dois terços, conforme as determinações legais ou regimentais explícitas em cada caso.

Parágrafo Único - Sempre que não houver determinação explícita, as deliberações serão por maioria simples, presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

**Art. 29º** - São atribuições do Plenário:

- I. legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- II. votar o orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de crédito suplementares e especiais;
- III. deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- IV. autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- V. autorizar a concessão de serviços públicos;
- VI. autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;
- VII. autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
- VIII. autorizar a alienação de bens patrimoniais quando o valor destes, apurado através de avaliação por comissão designada para tal fim, for igual ou superior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no Estado;
- IX. autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- X. criar, alterar, extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os de serviços da Câmara;



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

- XI. aprovar o plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- XII. autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;
- XIII. delimitar o perímetro urbano;
- XIV. autorizar alteração da denominação de próprios, logradouros públicos e vias;
- XV. aprovar os códigos tributários, de obras e de posturas municipais;
- XVI. conceder título de cidadão honorário e qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviço ao Município;
- XVII. sugerir ao Prefeito, ao Governo do Estado e da União medidas de interesse do Município;
- XVIII. eleger os membros da Mesa e das Comissões Permanentes;
- XIX. elaborar o Regimento Interno;
- XX. tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa, inclusive aprovar ou rejeitar o parecer do Tribunal de Contas;
- XXI. cassar o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e de Vereadores, na forma da legislação vigente;
- XXII. formular representação junto as autoridades federais e estaduais;
- XXIII. julgar os recursos administrativos de atos do Presidente.

**Art. 30º** - São considerados líderes os vereadores escolhidos pelas representações partidárias, para, em seu nome, expressarem em Plenário, pontos de vista sobre assuntos em debate.

Parágrafo Único – No início de cada sessão legislativa, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes.

### **CAPÍTULO VI Das Comissões**

**Art. 31º** - As comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara, destinados, em caráter permanente ou transitório a proceder estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o legislativo.

Parágrafo Único – As Comissões da Câmara são Permanentes, Especiais, e de Representação.

**Art. 32º** - As comissões Permanentes têm por objetivo os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles sua opinião e preparar, por iniciativa própria, ou indicação do Plenário, projetos de lei atinentes à sua especialidade.

**Art. 33º** - As Comissões Permanentes são 4 (quatro) compostas, cada uma, de 3 (três) membros, com as seguintes denominações:

- I. Justiça e Redação;
- II. Finanças e Orçamento;
- III. Obras e Serviços Públicos;
- IV. Educação, Saúde e Assistência Social.

**Art. 34º** - A eleição das Comissões Permanentes será feita por maioria simples em escrutínio secreto, considerando-se eleito, em caso de empate o mais votado para Vereador.

§ 1º Far-se-á a votação para as Comissões em cédulas impressas ou datilografadas, indicando-se os nomes dos Vereadores, a legenda partidária e as respectivas Comissões.

§ 2º Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos, não podendo ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes.

§ 3º O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de três Comissões.

§ 4º As comissões Permanentes da Câmara, previstas neste Regimento serão constituídas até o oitavo dia a contar da instalação da sessão legislativa, pelo prazo de um ano, sendo, porém permitida a recondução de seus membros.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 5º Na composição das Comissões, quer permanentes quer temporárias, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

**Art. 35º** - As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Secretários, e deliberar sobre os dias de reunião, ordem dos trabalhos, os quais serão consignados em livro próprio.

Parágrafo Único – Os membros das Comissões serão destituídos por declaração do Presidente da Câmara, quando não comparecerem a 3 (três) reuniões consecutivas, ou cinco intercaladas, salvo o motivo de força maior devidamente comprovado.

**Art. 36º** - Nos casos de vaga, licença ou impedimento dos membros das Comissões, cabe ao Presidente da Câmara a designação do substituto, escolhido, sempre que possível, dentro da mesma legenda partidária.

**Art. 37º** - Compete ao Presidente das Comissões:

- I. determinar os dias de reunião da Comissão, dando ciência à Mesa;
- II. convocar reuniões extraordinária;
- III. presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;
- IV. receber a matéria destinada à Comissão e designar-lhe Relator;
- V. zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;
- VI. representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;
- VII. conceder vista aos membros da Comissão, pelo prazo de 3 (três) dias, de proposições que se encontram em regime de tramitação ordinária;
- VIII. solicitar substituto à Presidência da Câmara, para membros da Comissão.

§ 1º O presidente poderá funcionar como relator e terá sempre direito a voto.

§ 2º Dos atos do Presidente cabe a qualquer membro da Comissão recursos ao Plenário.

**Art. 38º** - Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça e Redação sobre todos processos que tramitarem pela Câmara, ressalvados os que explicitamente, tiverem outro destino por este Regimento.

§ 2º Concluindo a Comissão de Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de projeto, deve o parecer vir a Plenário para ser discutido e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá o processo sua tramitação.

§ 3º À Comissão de Justiça e Redação compete manifestar-se sobre o mérito das seguintes proposições:

- I. organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;
- II. contratos, ajustes, convênios e consórcios;
- III. licença ao Prefeito e Vereadores.

**Art. 39º** - Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

- I. a proposta orçamentária, opinando sobre as emendas apresentadas;
- II. a prestação de contas do Município;
- III. as proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos e empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente alterem a receita ou despesa do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;
- IV. os balancetes e balanços da Prefeitura, acompanhado por intermédio destes, o andamento das despesas públicas;
- V. as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, subsídios e representação do Prefeito, subsídios dos Vereadores, e a representação do Vice-Prefeito.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 1º Compete ainda à Comissão de Finanças e Orçamento apresentar, no segundo trimestre do último ano de cada legislação, projeto de decreto legislativo fixando a remuneração do Prefeito, subsídios dos Vereadores, e a remuneração do Vice-Prefeito.

§ 2º É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matérias citadas neste artigo, em seu número I a V, não podendo ser submetidos à discussão e votação do Plenário, sem o parecer da Comissão, ressalvando o disposto no parágrafo 6º, do art. 43º.

§ 3º Compete ainda à Comissão de Finanças e Orçamento proceder a redação final do projeto de lei orçamentária e a apreciação das contas do Prefeito.

**Art. 40º** - Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar sobre todos os processos atinentes à realização de obras e serviços prestados pelo Município, autarquias, entidades parastatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito Municipal, assim como opinar sobre processos referentes a assuntos ligados à indústria, ao comércio, à agricultura e à pecuária.

Parágrafo Único – À Comissão de Obras e Serviços Públicos compete também fiscalizar a execução do Plano de Desenvolvimento do Município.

**Art. 41º** - Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino, artes, patrimônio histórico, esportes, higiene, saúde pública e às obras assistências.

**Art. 42º** - Ao Presidente da Câmara incumbe dentro do prazo improrrogável de 3 (três) dias, a contar da data de aceitação das proposições pelo Plenário, encaminhá-las à Comissão competente para exarar parecer.

§ 1º Tratando-se de projeto de iniciativa do Prefeito para qual tenha sido solicitada urgência, o prazo de 3 (três) dias será contado a partir da data da entrada do mesmo na Secretaria da Câmara, independente de apreciação pelo Plenário.

§ 2º Recebido processo o Presidente da Comissão designará relator, podendo reservá-la à própria consideração.

**Art. 43º** - O prazo para a Comissão exarar parecer será de oito dias, a contar da data do recebimento da matéria pelo Presidente da Comissão, salvo resolução em contrário do Plenário. improrrogável de quarenta e oito horas para designar relator, a contar da data do despacho do Presidente da Câmara.

§ 2º O Relator designado terá o prazo de 4 (quatro) dias para apresentação do parecer, prorrogável pelo Presidente da Comissão por mais 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Findo o prazo sem que o parecer seja apresentado o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer.

§ 4º Cabe ao Presidente da Comissão solicitar da Câmara prorrogação de prazo, até 8 (oito) dias para exarar parecer por iniciativa própria ou a pedido do Relator.

§ 5º Findo o prazo sem que o parecer seja concluído, e sem prorrogação autorizada, o Presidente da Câmara designará uma Comissão Especial de três membros para exarar o parecer dentro do prazo improrrogável de 4 (quatro) dias.

§ 6º Somente será dispensado o parecer em caso de extrema urgência verificado o fato aludido no Artigo 141º, § 3º. A dispensa de parecer poderá ser proposta por qualquer Vereador, em requerimento escrito e discutido, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos componentes da Câmara. Aprovado o requerimento a proposição entrará em primeiro lugar na Ordem do Dia da Sessão.

§ 7º Não se aplicam os dispositivos deste artigo à Comissão de Justiça e Redação para a redação final, quando o prazo para exarar parecer será de 2 (dois) dias.





## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 8º Todos os prazos previstos neste artigo poderão ser reduzidos pela metade, quando se tratar de projeto de lei encaminhado pelo Prefeito com prazo de votação previamente fixado.

§ 9º Tratando-se de projeto de codificação, serão triplicados os prazos deste artigo e seus parágrafos 1º a 7º.

**Art. 44º** - O parecer da Comissão a que for submetido o projeto concluirá pela sua adoção ou rejeição, propondo as emendas ou substitutivos que julgarem necessários.

§ 1º Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

§ 2º Sempre que o parecer da Comissão concluir pela tramitação urgente de um processo, deverá preliminarmente na sessão imediata, ser discutido e votado o parecer.

**Art. 45º** - O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, ou, ao menos pela maioria, devendo o voto vencido ser apresentado em separado indicando a restrição feita.

**Art. 46º** - No exercício de suas atribuições as Comissões poderão convocar pessoas interessadas, tomar depoimento, solicitar informações e documentos, proceder a todas as diligências que julgar necessárias ao esclarecimento do assunto.

**Art. 47º** - Poderão as Comissões requisitar do Prefeito, por intermédio do Presidente da Câmara e independentemente de discussão e votação todas as informações que julgarem necessárias, ainda que não se refiram as proposições entregues à sua apreciação, desde que o assunto seja de especialidade da Comissão.

Parágrafo Único – Sempre que a Comissão solicitar informações do Prefeito ou audiência preliminar de outra Comissão, fica interrompido o prazo a que se refere ao Artigo 43º até o máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento das informações solicitadas, ou se vencido o prazo dentro do qual as mesmas deveriam ter sido prestadas, devendo a Comissão exarar o seu parecer findo o prazo de 5 (cinco) dias.

**Art. 48º**- As Comissões da Câmara tem livre acesso às dependências, arquivos, livros e papéis das repartições municipais, mediante solicitação ao Prefeito, pelo Presidente da Câmara.

**Art. 49º**- As Comissões Especiais serão constituídas a requerimento escrito e apresentado por qualquer Vereador na hora do expediente, e terão suas finalidades especificadas no requerimento que as constituírem, cessando suas funções quando finalizadas as deliberações sobre o projeto proposto.

§ 1º As comissões Especiais serão compostas de 3 (três) membros salvo expressa deliberação em contrário da Câmara.

§ 2º Cabe ao Presidente da Câmara designar os Vereadores que devam constituir as Comissões, observando a composição partidária.

§ 3º As Comissões Especiais tem prazo determinado para apresentar relatório de seus trabalhos, marcado pelo próprio requerimento de constituição ou pelo Presidente.

**Art. 50º**- A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito, na forma do artigo anterior, com o fim de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Mesa ou de Vereadores, no desempenho de suas funções, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1 As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.

§ 2º O Vereador denunciante ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante.

§ 3º Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e se votará se necessário para completar o quorum de julgamento.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 4º A Comissão de inquérito terá o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 10 (dez), desde que aprovado pelo Plenário, para exarar parecer sobre a denúncia e provas apresentadas.

§ 5º Opinando a Comissão pela procedência, a mesma elaborará Resolução, sujeitas a discussão e aprovação pelo Plenário, sem que sejam ouvidas outras Comissões, salvo deliberações em contrário do Plenário.

§ 6º Aos acusados cabe ampla defesa, sendo-lhes facultado o prazo de cinco dias para elaboração dela e indicação de provas.

§ 7º A Comissão tem o poder de examinar todos os documentos municipais que julgar convenientes, ouvir testemunhas e solicitar através do Presidente da Câmara, as informações necessárias.

§ 8º Comprovada a irregularidade, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis no âmbito político-administrativo, através de Resolução aprovada por 2/3 (dois terços) dos vereadores presentes.

§ 9º Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio do inquérito à Justiça comum, para aplicação de sanção civil ou penal na forma de lei federal.

§ 10º Opinando a Comissão pela improcedência da acusação, será votado preliminarmente o seu parecer.

§ 11º Não será permitida a criação de Comissão de Inquérito enquanto estiver em funcionando concomitantemente pelo menos duas, salvo por deliberação da maioria da Câmara.

**Art. 51º-** As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter social, por designação da Mesa ou a requerimento de qualquer Vereador aprovado pelo Plenário.

**Art. 52º-** O Presidente designará uma comissão de Vereadores para receber e introduzir no Plenário nos dias de sessão, os visitantes oficiais.

Parágrafo Único – Um Vereador especialmente designado pelo Presidente fará a saudação oficial ao visitante, que poderá discursar para respondê-la.

### CAPÍTULO VII Da Secretaria da Câmara

**Art. 53º-** Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria e reger-se-ão por regulamento próprio.

Parágrafo Único - Todos os serviços da Secretaria serão orientados pela Mesa, que fará observar o Regulamento vigente.

**Art. 54º-** A Nomeação, exoneração e demais atos administrativos dos servidores da Câmara, competem à Mesa.

§ 1º A criação e a extinção de cargos, fixação de vencimentos, bem como, as propriedades que modifiquem os serviços da Secretaria, são de iniciativa da Mesa, devendo por ela, serem submetidas à consideração e aprovação do Plenário.

§ 2º A criação e a extinção de cargos deverá ser feita através de Resolução e será votada em dois turnos com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre elas.

§ 3º A Resolução que criar cargos, instituirá uma “Tabela de Avanços Horizontais” por tempo de serviço.

§ 4º Os vencimentos da Câmara não poderão ser superior aos do Executivo.

**Art. 55º-** Poderão os Vereadores interpelar a Mesa sobre os serviços da Secretaria, apresentar sugestões sobre os mesmos em proposição encaminhada à Mesa, que deliberará sobre o assunto.

**Art. 56º-** A correspondência Oficial da Câmara será feita pela Secretaria sob a responsabilidade da Mesa.



# Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

Parágrafo Único - Nas comunicações sobre deliberações da Câmara, indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade ou maioria, não sendo permitido à Mesa e a nenhum Vereador declarar-se voto vencido.

**Art. 57º-** As representações da Câmara, dirigidas aos Poderes do Estado e da União, serão assinadas pelo Presidente, e os papéis do expediente comum pelo Secretário.

## TÍTULO II DOS VEREADORES

### CAPÍTULO I Do Exercício do Mandato

**Art.58º-** Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de quatro anos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

**Art.59º-** Compete ao Vereador:

- I. participar de todas as discussões e votar as deliberações do plenário;
- II. votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
- III. apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;
- IV. concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;
- V. usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público;
- VI. participar de Comissões Temporárias.

**Art. 60º-** São obrigações e deveres do Vereador:

- I desincompatibilizar-se e fazer declaração de bens no ato da posse e no término do mandato, a qual será transcrita em livro próprio;
- II exercer as atribuições enumeradas no artigo anterior;
- III comparecer decentemente trajado às sessões, na hora prefixada;
- IV cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado;
- V votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando se tratar de matéria de seu cônjuge, ou de pessoa que seja parente consanguíneo ou afim até terceiro grau inclusive, podendo, entretanto tomar parte na discussão;
- VI portar-se em Plenário com respeito, não conversando em tom que perturbe os trabalhos;
- VII obedecer às normas regimentais;
- VIII residir no território do Município.

Parágrafo Único - Será nula a votação em que haja votado o Vereador impedido nos termos do inciso V deste artigo.

**Art. 61º-** Se qualquer Vereador cometer, dentro recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme a gravidade:

- I. advertência verbal;
- II. advertência Plenária;
- III. cassação da palavra;
- IV. suspensão da sessão para entendimentos na sala da Presidência;
- V. convocação de sessão para a Câmara deliberar a respeito;
- VI. proposta de cassação do mandato.

**Art. 62º-** Nenhum Vereador poderá, desde a posse:

- a) celebrar ou manter contrato com o município;
- b) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer cláusulas uniformes;



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

- c) ocupar cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas nas alíneas a e b ressalvada a admissão por concurso público;
- d) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município;
- e) exercer outro cargo eletivo seja Federal, Estadual ou Municipal;
- f) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se referem as alíneas a e b.

§ 1º A infringência de qualquer proibição deste artigo importará na cassação do mandato, observada a legislação federal.

§ 2º Não perde o mandato o Vereador que licenciar para exercer cargo em provimento em Comissão dos Governos Federal e Estadual, ou de maior nível hierárquico dos órgãos da Prefeitura.

**Art. 63º** - A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador quando:

- I. utilizar-se do mandato para prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
- II. proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar como o decoro na sua conduta pública;
- III. fixar residência fora do Município;

**Art. 64º**- O processo de cassação do mandato do Vereador obedecerá aos preceitos da Lei federal.

**Art. 65º**- O Presidente poderá afastar de suas funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente até julgamento final. O suplente convocado não intervirá nem votará nos atos do processo do Vereador afastado.

**Art. 66º**- Se a denúncia recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara for contra o Presidente, este passará à presidência ao seu substituto legal.

**Art. 67º**- Extingue-se o mandato do Vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, obedecida a legislação federal quando:

- I. ocorrer falecimento, renúncia por escrito, lida em Plenário, cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II. deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município;
- III. deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a 5 (cinco) sessões ordinárias consecutivas ou 03 sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para a apreciação de matéria urgente, salvo se a convocação das extraordinárias ocorrer durante o período de recesso da Câmara Municipal.

§ 1º Ocorrido e comprovado o ato ou fato de extintivo, o Presidente da Câmara Municipal, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato, e convocará, imediatamente, o respectivo suplente.

§ 2º Se o presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o suplente, o Vereador ou Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato por via judicial, de acordo com a lei federal.

### **CAPÍTULO II** **Da Remuneração, da Licença e da Substituição**

**Art. 68º**- O mandato de Vereador será remunerado nos termos da Constituição Federal e Legislação complementar sobre a matéria.

Parágrafo Único – A remuneração dos vereadores será fixada mediante resolução, no final de cada legislatura, para vigorar na seguinte, respeitados os limites legais.

**Art. 69º** - O Vereador poderá licenciar-se somente:



# Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

- I. por moléstia devidamente comprovada;
- II. para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;
- III. para tratar de interesses particulares por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença anterior;
- IV. para exercer cargo de provimento em comissão dos Governos Federal e Estadual.

§ 1º O vereador terá descontado de sua remuneração mensal, uma parcela da parte variável por sessão ordinária a que deixar de comparecer sem justificativa.

§ 2º Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§ 3º O Vereador investido em cargo de provimento em comissão de maior nível hierárquico nos órgãos principais da estrutura básica da Prefeitura, não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.

**Art. 70º-** Nos casos de vaga ou investidura em qualquer dos cargos mencionados no artigo anterior, dar-se-á convocação do suplente.

§ 1º Se o mandato for gratuito, convocar-se-á, também o suplente, em qualquer caso de licença do titular.

§ 2º O suplente convocado dever tomar posse dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

**Art. 71º-** A substituição do Vereador licenciado perdurará pelo prazo solicitado ainda que o titular não reassuma.

§ 1º O suplente, para licenciar-se precisa antes assumir e estar no exercício do cargo.

§ 2º A recusa do suplente em assumir a substituição, sem motivo justo aceito pela Câmara, importa em renúncia tácita do mandato, devendo o Presidente, após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias, declarar extinto o mandato e convocar o suplente seguinte.

## TÍTULO III DAS SESSÕES

### CAPÍTULO I Das Sessões em Geral

**Art. 72º-** As sessões da Câmara são ordinárias, extraordinárias ou solenes.

**Art. 73º-** A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias anualmente e independente de convocação de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Parágrafo Único – Ocorrendo feriado ou ponto facultativo, a sessão realizar-se-á no primeiro dia útil imediato.

**Art. 74º-** As sessões ordinárias serão realizadas semanalmente, às terças-feiras, com início às 20:00 (vinte horas) podendo ser mudado a data e horário, desde que com aprovação de 2/3 dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – Serão realizadas 30 (trinta) sessões ordinárias anuais, no mínimo.

**Art. 75º-** As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que forem realizadas fora dele.

§ 1º Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, poderão as mesmas ser realizadas em outro local, por decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 2º As Sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

**Art. 76º-** As Sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

**Art. 77º-** As Sessões só poderão ser abertas com a presença de no mínimo 1/3 dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de folhas de presença até o início da Ordem do Dia e participar das votações.

**Art. 78º-** A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar.

§ 1º As Sessões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e nelas não se poderá tratar de matéria estranha à convocação.

§ 2º A convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação verbal e escrita, como também, através de Edital fixado em lugar de costume. Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será comunicada, por escrito, apenas aos ausentes.

§ 3º As Sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive aos domingos e feriados.

**Art. 79º-** As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, para o fim específico que lhes for determinado.

Parágrafo Único – Nestas sessões, não haverá expediente, serão dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença, e não haverá tempo determinado para encerramento.

**Art. 80º-** Será dada ampla publicidade às sessões da Câmara, inclusive facilitando-se o trabalho da imprensa.

**Art. 81º-** Excetuadas as solenes, as sessões terão a duração máxima de 3 (três) horas, podendo ser prorrogadas por tempo nunca superior a 1 (uma) hora, por iniciativa do Presidente ou a pedido verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

### CAPÍTULO II Das Sessões Públicas

**Art. 82º-** As sessões compõem-se de duas partes: Expediente e Ordem do dia.

Parágrafo Único - Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do Plenário na Ordem do Dia, poderão os Vereadores falar em explicação pessoal, executadas as prerrogativas.

**Art. 83º-** À hora do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores, e havendo número legal, o Presidente declarará aberta a sessão.

§ 1º Quando o número de Vereadores presentes não permitir o início da sessão, o Presidente aguardará o prazo de tolerância de 10 (dez) minutos.

§ 2º Decorrido o prazo de tolerância, proceder-se-á a nova verificação de presença.

§ 3º Não se verificando número legal, o Presidente declarará encerrados os trabalhos, determinado a lavratura do termo da ata, que não dependerá de aprovação.

§ 4º A chamada dos Vereadores se fará pela ordem alfabética dos seus nomes parlamentares, comunicados ao Secretário no início da legislatura.

**Art. 84º-** Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 1º A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 2º A convite da presidência, poderão assistir aos trabalhos no recinto do Plenário, autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, personalidades que se resolva homenagear e representantes credenciados da imprensa, do rádio e da televisão, que terão lugar reservado no recinto.

§ 3º Os visitantes recebidos no Plenário, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes for feita pelo Legislativo.

### CAPÍTULO III Das Sessões Secretas

**Art. 85º-** Câmara realizará sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) da Câmara, quando ocorrer motivo relevante.

§ 1º Deliberada a realização da sessão secreta, ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, do rádio e da televisão e, determinará também, que se interrompa a transmissão ou gravação dos trabalhos.

§ 2º Começada a sessão secreta, a Câmara deliberará, preliminarmente, se o objeto proposto deva continuar a ser tratado secretamente. Caso contrário, a sessão tornar-se-á pública.

§ 3º A ata será lavrada, lida e aprovada na mesma sessão; será lacrada e arquivada com título datado e rubricado pela Mesa.

§ 4º As atas assim lavradas só poderão ser reabertas para exame em sessão secreta, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

§ 5º Será permitido ao Vereador, que houver participado dos debates reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado com a ata e os documentos referentes à sessão.

§ 6º Antes de encerrada a sessão, a Câmara resolverá, após a discussão, se a matéria debatida deverá ser publicada no todo ou em parte.

### CAPÍTULO IV Das Atas

**Art. 86º-** De cada sessão da Câmara, lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida a Plenário.

§ 1º As proposições e documentos apresentados às sessões serão somente indicados como a declaração do objetivo a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pela Câmara.

§ 2º A transcrição de declaração de voto, feita por escrito, em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente.

**Art. 87º-** A ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores para verificação, 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão. Ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 1º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata, para pedir retificação ou impugná-la.

§ 2º Se o pedido de retificação não for contestado a ata será considerada aprovada com retificação; em caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 3º Feita a impugnação, solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito. Aceita a impugnação, será lavrada nova ata e, aprovada a retificação, a mesma será incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§ 4º Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente, Primeiro Secretário e todos os vereadores presentes.

**Art. 88º-** A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação com qualquer número, antes de se levantar a sessão.

### CAPÍTULO V Do Expediente

**Art. 89º-** O Expediente terá duração máxima e improrrogável de 1 (uma) hora, e se destina a aprovação da ata da sessão anterior e leitura de documentos procedentes do Executivo ou de outras origens, e apresentação de proposições pelos Vereadores.

**Art. 90º-** Aprovada a ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo a seguinte ordem;

- I. expediente recebido do Prefeito;
- II. expediente recebido de diversos;
- III. expediente apresentado pelos Vereadores.

§ 1º As proposições dos Vereadores deverão ser entregues, à Secretaria da Câmara, sendo por ela recebidas, rubricadas e numeradas.

§ 2º Na leitura das proposições obedecer-se-á a seguinte ordem:

- I. projetos de lei;
- II. projetos de decreto legislativo;
- III. projetos de resolução;
- IV. requerimentos em regime de urgência;
- V. requerimentos comuns;
- VI. indicações;
- VII. recursos;
- VIII. moções;

§ 3º Encerrada a leitura das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, exceto os de extrema urgência, nos termos do § 3º do artigo 141.

§ 4º Dos documentos apresentados no Expediente, serão dadas cópias, quando solicitadas pelos interessados.

§ 5º As proposições apresentadas seguirão as normas ditadas nos Capítulos seguintes sobre a matéria.

**Art. 91º-** Terminada a leitura da matéria em pauta, os Vereadores inscritos em lista própria usarão da palavra pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

§ 1º Ao orador que for interrompido pelo final da hora do expediente, será assegurado o direito ao uso da palavra em primeiro lugar na sessão seguinte, para completar o tempo que foi concedido na forma deste artigo.

§ 2º As inscrições dos oradores para o Expediente serão feitas em livro especial, de próprio punho, ou pelo Primeiro Secretário.

§ 3º O Vereador que inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar na lista organizada.





# Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

## CAPÍTULO VI Da Ordem do Dia

**Art. 92º-** Findo o Expediente, por ter-se esgotado o seu prazo ou falta de oradores, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º Será realizada a verificação da presença, e a sessão somente prosseguirá se estiver a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º Não se verificando o ‘quorum’ regimental, o Presidente aguardará 10 (dez) minutos, antes de declarar encerrada a sessão.

**Art. 93º-** Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão.

§ 1º Das proposições e pareceres fornecerá a Secretaria cópia aos Vereadores, dentro do interstício estabelecido neste artigo.

§ 2º Não se aplicam as disposições deste artigo e do parágrafo anterior, as sessões extraordinárias, convocadas em regime de extrema urgência, e os requerimentos que se enquadrem no disposto no parágrafo 3º do artigo 141º.

§ 3º O Secretário lerá a matéria que se houver de discutir e votar, podendo ser dispensada a requerimento verbal, aprovado pelo Plenário.

**Art. 94º-** A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação:

- I. matéria em regime especial;
- II. vetos e matérias em regime de urgência;
- III. matérias em regime de preferência;
- IV. matérias em redação final;
- V. matéria em discussão única;
- VI. matérias em terceira discussão;
- VII. matérias em Segunda discussão;
- VIII. matérias em primeira discussão;
- IX. recursos.

§ 1º Obedecida a classificação do parágrafo anterior, as matérias figurarão ainda segundo a ordem cronológica de antiguidade.

§ 2º A disposição da matéria na Ordem do Dia, só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, preferência, adiamento ou vistas, mediante requerimento apresentado durante a Ordem do Dia, e aprovado pelo Plenário.

**Art. 95º-** Não havendo mais matéria sujeita a deliberação do Plenário, na Ordem do Dia, o Presidente anunciará sumariamente a pauta dos trabalhos da próxima sessão, concedendo, em seguida, a palavra para explicação pessoal.

**Art. 96º-** A explicação pessoal é destinada à manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

§ 1º A inscrição para falar em explicação pessoal será solicitada durante a sessão e anotada pelo Primeiro Secretário, que a encaminhará ao Presidente.

§ 2º Não poderá o orador desviar-se da finalidade da explicação pessoal, nem ser parteado. Em caso de infração, o orador será advertido pelo Presidente e, na reincidência, terá a palavra cassada.

§ 3º Não havendo mais Vereadores para falar em explicação pessoal, o Presidente declarará encerrada a sessão.

## TÍTULO IV



# Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

## DAS PROPOSIÇÕES

### CAPÍTULO I Das Proposições em Geral

**Art. 97º-** Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário.

§ 1º As proposições poderão consistir em projetos de lei, projetos de decretos legislativos, projetos de resolução, requerimentos, indicações, substitutivos, emendas, subemendas, pareceres, moções e recursos.

§ 2º Toda proposição deverá ser redigida com clareza e em termos explícitos e sintéticos.

**Art. 98º-** A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição:

- I. que versar sobre assunto alheio à competência da Câmara;
- II. que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo;
- III. que, aludido a lei, decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, não se faça acompanhar de sua transcrição ou seja redigido de modo que não se saiba, à simples leitura, qual a providência objetiva;
- IV. que fazendo menção a cláusulas contratos ou de concessões, não a transcreva por extenso;
- V. que apresentada por qualquer Vereador, verse sobre assunto de competência privativa do Prefeito;
- VI. que seja anti-regimental;
- VII. que seja apresentada por Vereador ausente à sessão;
- VIII. que tenha sido rejeitada e novamente apresentada, exceto nos casos previstos no artigo 103º.

Parágrafo Único - Da decisão da Mesa caberá recurso ao Plenário, que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário.

**Art. 99º-** Considerar-se-á autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

§ 1º As assinaturas que se seguem à do autor serão consideradas de apoio, implicando na concordância dos signatários com mérito da proposição subscrita.

§ 2º As assinaturas de apoio não poderão ser retiradas após a entrega da proposição à Mesa.

**Art. 100º-** Os processos serão organizados pela secretaria da Câmara, conforme regulamento baixado pela Presidência.

**Art. 101º-** Quando, por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o respectivo processo, pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua tramitação.

**Art. 102º-** O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de sua proposição.

§ 1º Se a matéria ainda não recebeu parecer favorável da comissão, nem foi submetida à deliberação do Plenário, compete ao Presidente deferir o pedido.

§ 2º Se a matéria já recebeu parecer favorável da Comissão ou já tiver sido submetida ao Plenário, a este compete a decisão.

**Art. 103º-** A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

**Art. 104º-** No início de cada legislatura a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que estejam sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei ou de resolução oriundos do Executivo, da Mesa ou de Comissões da Câmara que deverão ser consultadas a respeito.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 2º Cabe a qualquer Vereador, mediante requerimento, solicitar ao Presidente o desarquivamento do projeto e o reinício da tramitação regimental.

### CAPÍTULO II Dos Projetos

**Art. 105º-** Toda matéria legislativa de Competência da Câmara, com sanção do Prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, terão forma de decreto legislativo ou de resolução.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regulamentar as matérias de exclusiva competência da Câmara, que tenham efeito externo tais como:

- I concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se por mais de 15 (quinze) dias do Município;
- II aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;
- III fixação dos subsídios do Prefeito, para vigorar na legislatura seguinte;
- IV fixação de verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- V representação à Assembléia Legislativa sobre modificações territoriais ou mudança do nome da sede do Município;
- VI aprovação da nomeação de funcionários nos casos previstos em lei;
- VII mudança do local de funcionamento da Câmara;
- VIII cassação do mandato do Prefeito na forma prevista na legislação federal;
- IX aprovação de convênios ou acordos de que for parte o Município.

§ 2º Destinam-se resoluções, a regulamentar a matéria de caráter político ou administrativo, de sua economia interna, sobre os quais deva a Câmara se pronunciar em casos concretos tais como:

- I. perda de mandato de Vereador;
- II. fixação de subsídio dos vereadores, quando for o caso, para vigorar na legislação seguinte;
- III. concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
- IV. criação de Comissão Especial de Inquérito ou Mista;
- V. convocação de funcionários municipais providos em cargos de chefia ou de assessoramento para prestar informações sobre a matéria de sua competência;
- VI. conclusões de Comissão de Inquérito;
- VII. todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não se compreenda nos limites do simples ato normativo.

**Art. 106º-** A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa, às Comissões da Câmara e ao Prefeito.

§ 1º É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que:

- I. disponham sobre a matéria financeira;
- II. criem cargos, funções ou empregos públicos e aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;
- III. importem em aumento de despesas ou diminuição da receita.

§ 2º Nos projetos oriundos da competência exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, nem que alterem a criação de cargos.

**Art. 107º-** O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

**Art. 108º-** O Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco (45) dias, a contar do recebimento.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 1º A fixação de prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data de recebimento desse pedido como o seu termo inicial.

§ 2º Esgotado o prazo previsto sem deliberação, serão os projetos considerados aprovados.

§ 3º O prazo fixado neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 4º O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação.

**Art. 109º-** Os projetos de lei com prazo de aprovação deverão constar obrigatoriamente da Ordem do Dia, independentemente de parecer das Comissões, para discussão e votação, pelo menos nas três últimas sessões antes do término do prazo.

**Art. 110º-** Lido o projeto pelo Secretário na hora do expediente, será encaminhado às Comissões, que por sua natureza, deverão opinar sobre o assunto.

Parágrafo Único – Em caso de dúvida, consultará o Presidente ao Plenário sobre quais Comissões devem ser ouvidas, podendo igual medida ser solicitada por qualquer vereador.

**Art. 111º-** Os projetos elaborados pelas Comissões Permanentes ou Especiais, ou pela Mesa em assuntos de sua competência, serão dados à Ordem do Dia da sessão seguinte, independentemente de parecer, salvo requerimento para que seja ouvida outra Comissão, discutido e aprovado pelo Plenário.

### **CAPÍTULO III Das Indicações**

**Art. 112º-** Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos órgãos competentes.

Parágrafo Único - Não é permitido dar forma de indicação por este Regimento, para constituir objeto de requerimento.

**Art. 113º-** As indicações serão lidas na hora do Expediente e encaminhadas a quem de direito, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º No caso de entender o Presidente que a indicação deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor, cujo parecer será discutido e votado na pauta da Ordem do Dia.

§ 2º Para emitir parecer, a Comissão terá o prazo improrrogável de cinco dias.

**Art. 114º-** A indicação poderá consistir na sugestão de se estudar determinado assunto para convertê-lo em projeto de lei ou de resolução ou decreto legislativo, sendo pelo presidente encaminhado à Comissão competente.

§ 1º Aceita a sugestão elaborará a Comissão o projeto que deverá seguir os trâmites regimentais.

§ 2º Opinando a Comissão em sentido contrário, será o parecer discutido na Ordem do Dia da sessão seguinte.

### **CAPÍTULO IV Dos Requerimentos**

**Art. 115º-** Requerimento é todo pedido verbal ou escrito feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre qualquer assunto, por Vereadores ou Comissão.

Parágrafo Único – Quanto à competência para decidi-los, os requerimentos são de duas espécies:

- I. sujeitos apenas a despacho do Presidente;
- II. sujeitos a deliberação do Plenário.

**Art. 116º-** Serão verbais os requerimentos que solicitem:



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

- I. a palavra ou desistência dela;
- II. permissão para falar sentado;
- III. posse de Vereador ou suplente;
- IV. leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- V. observância de disposição regimental;
- VI. retirada, pelo autor, de requerimento verbal ou escrito, ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- VII. retirada, pelo autor, de proposição com parecer contrário ou sem parecer, ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- VIII. verificação de votação ou de presença;
- IX. informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;
- X. requisição de documentos, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre as proposições em discussão;
- XI. preenchimento de lugar em Comissão;
- XII. justificativa de voto.

**Art. 117º-** Serão escritos os requerimentos que solicitem:

- I. renúncia de membros da Mesa;
- II. audiência de Comissão, quando apresentada por outra;
- III. designação de Comissão Especial, para relatar parecer no caso previsto no parágrafo 5º, do artigo 43º;
- IV. juntada ou desentranhamento de documentos;
- V. informações em caráter oficial, sobre atos da Mesa ou da Câmara;
- VI. votos de pesar por falecimento.

**Art. 118º-** A Presidência é soberana na decisão sobre os requerimentos citados nos artigos anteriores, salvo os que, pelo próprio Regimento, devam receber a sua simples anuência.

Parágrafo Único- Informando a Secretaria haver pedido anterior, formulado pelo mesmo Vereador, sobre o mesmo assunto e já respondido, fica a Presidência desobrigada de fornecer novamente a informação solicitada.

**Art. 119º-** Dependirão de deliberação do Plenário e serão verbais e votados sem proceder discussão, e sem encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitem:

- I. prorrogação da sessão de acordo com o Artigo 81º deste Requerimento;
- II. destaque de matéria para votação;
- III. encerramento de discussão nos termos do Artigo 145º.

**Art. 120º-** Dependirão de deliberação do Plenário, serão escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem:

- I. votos de louvor ou congratulações;
- II. audiência de Comissão sobre assuntos em pauta;
- III. inserção de documentos ou ato;
- IV. preferência para discussão de matéria ou redação de interstício regimental para discussão;
- V. retirada de proposições já sujeitas a deliberação do Plenário;
- VI. informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;
- VII. informações solicitadas a outras entidades públicas ou parlamentares;
- VIII. constituição de Comissões Especiais ou de Representação.

§ 1º Os requerimentos a que se refere este artigo devem ser apresentados no Expediente da sessão, lidos e encaminhados para as providências solicitadas se nenhum Vereador manifestar intenção de discuti-los. Manifestando qualquer Vereador intenção de discutir, serão os requerimentos encaminhados à Ordem do Dia da sessão seguinte, salvo se tratar de requerimento em regime de urgência, que será encaminhado à Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 2º A discussão do requerimento de urgência se procederá na Ordem do Dia da mesma sessão, cabendo ao proponente e os líderes partidários 5 (cinco) minutos para manifestar os motivos da urgência ou sua improcedência.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 3º Aprovada a urgência passará à discussão e votação que serão realizadas imediatamente.

§ 4º Denegada a urgência passará o requerimento para a Ordem do Dia da sessão seguinte, juntamente com os requerimentos comuns, devendo ser tornados sem efeito pelo Presidente ou pelo proponente, por terem perdido a oportunidade, os requerimentos a que se referem os incisos II, IV e V deste artigo.

§ 5º O requerimento que solicitar inserção em ata de documentos não oficiais somente será aprovado sem discussão, por dois terços (2/3) dos Vereadores presentes.

**Art. 121º-** Durante a discussão da pauta da Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes de representações partidárias.

Parágrafo Único – Excetuados os requerimentos mencionados nos itens I e VIII do artigo anterior, os demais poderão ser apresentados também na Ordem do Dia, desde que se refiram ao assunto em discussão.

**Art. 122º-** Os requerimentos ou petições de interessados não Vereadores serão lidos no Expediente e encaminhados pelo Presidente ao Prefeito ou às Comissões.

Parágrafo Único - Cabe ao presidente indeferir e mandar arquivar os requerimentos que se refiram a assuntos estranhos às atribuições da Câmara, ou não estiverem propostos em termos adequados.

**Art. 123º-** As representações de outras edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão lidas no Expediente e encaminhadas às Comissões competentes, salvo requerimento de urgência apresentado na forma regimental, cuja deliberação se fará na Ordem do dia da mesma sessão, na forma de determinado nos parágrafos do artigo 120º.

Parágrafo Único – O parecer da Comissão será votado na Ordem do Dia da sessão em cuja pauta for incluído o processo.

### CAPÍTULO V

#### Das Moções

**Art. 124º-** Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto hipotecando solidariedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando.

**Art. 125º-** Subscrita no mínimo por 1/3 (um terço) dos Vereadores, a Moção, depois de lida, será despachada à pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte, independentemente de parecer de Comissão, para ser apreciada em discussão e votação únicas.

Parágrafo Único - Sempre que requerida por qualquer Vereador, será previamente apreciada pela Comissão competente, para ser submetida à apreciação do Plenário.

### CAPÍTULO VI

#### Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas

**Art. 126º-** Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão, para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único – Não é permitido ao Vereador apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

**Art. 127º-** Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

**Art. 128º-** As emendas podem ser supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas.

§ 1º Emenda supressiva é a que manda suprimir em parte ou no todo o artigo, parágrafo ou inciso do projeto.

§ 2º Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lugar do artigo, parágrafo ou inciso do projeto.



# Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 3º Emenda Aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos do artigo, parágrafo ou inciso do projeto.

§ 4º Emenda Modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, parágrafo ou inciso sem alterar a sua substância.

**Art. 129º-** A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

**Art. 130º-** Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou indireta com a matéria da proposição principal.

§1º O autor do projeto que receber substitutivo ou emendas estranhas ao seu objeto, terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e cabendo recursos ao Plenário da decisão do Presidente.

§ 2º Idêntico direito de recurso ao Plenário contra ato do Presidente que refutar a proposição, caberá ao autor dela.

§ 3º As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto serão destacadas para constituírem projetos em separado, sujeito à tramitação regimental.

## TÍTULO V DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES

### CAPÍTULO I Das Discussões

**Art. 131º-** Discussão é a fase dos trabalhos destinados ao debate em Plenário.

§ 1º Os projetos de lei, resolução ou de decreto legislativo, sofrerão três discussões e três votações, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas;

§ 2º Tendo a matéria recebido voto favorável na primeira e segunda votação, será considerada aprovada, ficando em terceira discussão e votação somente para aprovação da redação final.

§ 3º Terão apenas uma discussão e votação os requerimentos, as emendas, as moções, as indicações, os recursos contra atos do Presidente e os vetos.

§ 4º Havendo mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

**Art. 132º-** Na primeira discussão, debater-se-á separadamente, artigo por artigo do projeto.

§ 1º Nesta fase da discussão, é permitida a apresentação de substitutivos, emendas e subemendas.

§ 2º Apresentado o substitutivo pela Comissão competente ou pelo autor, será o mesmo discutido preferencialmente em lugar do projeto. Sendo o substitutivo apresentado por outro Vereador, o Plenário deliberará sobre a suspensão da discussão, para envio à Comissão competente.

§ 3º Deliberando o Plenário pelo prosseguimento da discussão, ficará prejudicado o substitutivo.

§ 4º As emendas e subemendas serão aceitas, discutidas e, se aprovadas, será o projeto, com as emendas encaminhadas à Comissão de Justiça e Redação, para ser de novo redigido conforme o aprovado.

§ 5º A emenda rejeitada na primeira discussão não poderá ser renovada na segunda.

§ 6º A requerimento de qualquer Vereador e com a aprovação do Plenário, poderá o projeto ser discutido englobadamente.

**Art. 133º-** Na segunda discussão, debater-se-á o projeto em globo.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 1º Nesta fase de discussão é permitida a apresentação de emendas e subemendas, não podendo ser apresentados substitutivos.

§ 2º Se houver emendas aprovadas, será o projeto com as emendas encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para que esta o redija na devida ordem.

§ 3º Se as emendas contiverem matéria nova ou modifiquem substancialmente o projeto, a discussão será adiada para a sessão seguinte, quando então não se admitirão novas emendas, salvo as de redação.

**Art. 134º-** Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem cumprindo aos Vereadores atender as seguintes determinações regimentais;

- I. exceto o Presidente, falar em pé; quando impossibilitado de fazê-lo, requerer a autorização para falar sentado;
- II. dirigir-se sempre ao Presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder à aparte;
- III. não usar da palavra sem à solicitar e sem receber consentimento do Presidente;
- IV. referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Senhor ou Excelência.

**Art. 135º-** O Vereador só poderá falar:

- I. para apresentar retificação ou impugnação da ata;
- II. no Expediente, quando inscrito na forma do artigo 91º;
- III. para apartear, na forma regimental;
- IV. para discutir matéria em debate;
- V. para levantar questão de ordem;
- VI. para encaminhar a votação, nos termos do art. 162º;
- VII. para justificar a urgência de requerimento, nos termos do Artigo 141º, e parágrafos;
- VIII. para justificar o seu voto, nos termos do art. 161º.
- IX. para explicação pessoal, nos termos do artigo 96º;
- X. para apresentar requerimento na forma dos artigos 116º a 119º e seus respectivos itens.

**Art. 136º-** Vereador que solicitar a palavra deverá inicialmente declarar a que título do artigo anterior pede a palavra e não poderá.

- I. usar da palavra com finalidade diferente da alegada para solicitar;
- II. desviar-se da matéria em debate;
- III. falar sobre matéria vencida;
- IV. usar de linguagem imprópria;
- V. ultrapassar o prazo que lhe competir;
- VI. deixar de atender as advertências do Presidente.

**Art. 137º-** O presidente solicitará ao Orador por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa seu discurso nos seguintes casos:

- I. para a leitura de requerimento de urgência;
- II. para comunicação importante à Câmara;
- III. para recepção de visitantes;
- IV. para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
- V. para atender, pedido de palavra “pela ordem”, feita para propor questão de ordem regimental.

**Art.138º-** Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

- I. ao autor;
- II. ao relator;
- III. ao autor da emenda.





## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

Parágrafo Único - Cumpre ao Presidente dar a palavra alternadamente a quem seja pró ou contra em debate, quando não prevalecer a ordem determinada no artigo.

**Art. 139º-** Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º O aparte deve ser expresso em termos de cortesia e não pode exceder a 3 (três) minutos.

§ 2º Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do Orador.

§ 3º Não é permitido apartear ao Presidente nem o orador que fala “pela origem” em “explicação pessoal” para encaminhamento de votação ou declaração de voto.

§ 4º O aparteante deve permanecer em pé, enquanto aparteia e ouve a resposta do aparteado.

2 § 5º Quando o orador negar o direito de apartear, não é permitido ao aparteante dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

**Art. 140º-** Aos oradores são concedidos os seguintes prazos para o uso da palavra:

- I. 05 (cinco) minutos para apresentar retificação ou impugnação;
- II. 30 (trinta) minutos para falar no Expediente;
- III. 05 (cinco) minutos para exposição de urgência especial do requerimento;
- IV. 30 (trinta) minutos para discussão de projeto em primeira discussão, quando englobadamente, em discussão, 10 (dez) minutos no máximo para cada um, nunca superando o prazo de 60 (sessenta) minutos;
- V. 60 (sessenta) minutos para discussão do projeto englobado em segunda discussão;
- VI. 10 (dez) minutos para a terceira discussão e redação final;
- VII. 10 (dez) minutos para a discussão de requerimento ou indicação sujeita a debate;
- VIII. 03 (três) minutos para falar pela ordem;
- IX. 03 (três) minutos para apartear;
- X. 05 (cinco) minutos para encaminhamento de votação ou justificação de voto;
- XI. 05 (cinco) minutos para falar em Explicação Pessoal.

Parágrafo Único – Não prevalecem os prazos estabelecidos neste artigo quando o Regimento explicitamente determinar outro.

**Art. 141º-** Urgência é a dispensa de exigências regimentais, excetuadas a de número legal, publicação e inclusão na Ordem do Dia.

§ 1º A concessão de urgência dependerá de apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:

- I. pela Mesa, em proposição de uma autoria;
- II. por Comissão, em assunto de sua especialidade;
- III. por 1/3 (um terço) dos Vereadores Presentes.

§ 2º Não poderá ser concedida urgência para qualquer proposição em prejuízo de urgência já votada para outra proposição excetuando o caso de segurança e calamidade pública.

§ 3º Somente será considerado motivo de extrema urgência a discussão da matéria cujo adiamento torne inútil a deliberação, ou importe em grave prejuízo à coletividade.

**Art. 142º-** Preferência é a primazia na discussão de uma proposição sobre outra, requerida por escrito e aprovada pelo Plenário.

**Art. 143º-** O adiamento da discussão de qualquer proposição será sujeito á deliberação do Plenário, e somente poderá ser proposto durante a discussão do processo.

§ 1º A apresentação do requerimento não pode interromper o orador que estiver com a palavra.

§ 2º O adiamento requerido será sempre por tempo determinado.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 3º Apresentados dois ou mais requerimentos de adiamento, será votado de preferência o que marcar o menor prazo.

§ 4º Não será aceito requerimento de adiamento nas proposições em regime de urgência.

**Art. 144º-** O pedido de vistas para estudo será requerido por qualquer Vereador e deliberado pelo Plenário apenas com encaminhamento de votação, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência.

Parágrafo Único - O prazo máximo para vistas é de 5 (cinco) dias.

**Art. 145º-** O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º Somente será permitido requerer-se o encerramento da discussão, após terem falado dois Vereadores favoráveis e contrários, entre os quais o autor salvo desistência expressa.

§ 2º A proposta deverá partir do Orador que estiver com a palavra, perdendo ele a vez de falar se o encerramento for recusado.

§ 3º O pedido de encerramento não é sujeito a discussão, devendo ser votado pelo Plenário.

### CAPÍTULO II Da Votação

**Art. 146º-** Salvo as exceções previstas na legislação federal e na Lei Orgânica dos Municípios, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos presentes à maioria absoluta dos Vereadores.

**Art. 147º-** Dependerão de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:

- I. A aprovação e as alterações das seguintes matérias:
  - a) Regimento Interno da Câmara;
  - b) Código de Obras ou Edificações e Postura;
  - c) Código Tributário do Município;
  - d) Estatuto dos Servidores Municipais;
  - e) criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores.
- II. O recebimento de denúncia contra o Prefeito, no caso de infração político-administrativa

Parágrafo Único - Entende-se por maioria absoluta, o primeiro número inteiro acima da metade do total de membros da Câmara.

**Art. 148º-** Dependerão de voto favorável 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

- I. Leis concernentes a:
  - a) aprovação e a alteração do plano de desenvolvimento municipal, inclusive as normas relativas a zoneamento;
  - b) concessão de serviços públicos;
  - c) concessão de direito real de uso;
  - d) alienação de bens imóveis;
  - e) aquisição de bens imóveis por doação com encargo;
  - f) alteração de denominação de próprios, vias e logradouros;
  - g) obtenção de empréstimos particulares;
  - h) concessão de moratória e remissão de dívidas;
  - i) proposta à Assembléia Legislativa do Estado, da transferência de sede do Município;
  - j) concessão de título de cidadão honorário ou de qualquer honraria.
- II. rejeição de vetos;
- III. rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

- IV. aprovação de representação sobre modificação territorial do Município, sob qualquer forma, bem como sobre alteração de nome.

**Art. 149º-** O presidente da Câmara ou seu substituto só terá direito a voto:

- I. quando a matéria exigir, para sua deliberação, o voto favorável da maioria absoluta ou de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
- II. quando houver empate em qualquer votação, simbólica ou nominal;
- III. nos casos de escrutínio secreto.

**Art. 150º-** Os processos de votação são três: simbólico, nominal e secreto.

**Art. 151º-** O processo simbólico praticar-se-á conservando-se sentados os Vereadores que aprovam, e levantando-se os que desaprovam a proposição.

§ 1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente ou em contrário.

§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 4º Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação, mediante votação nominal.

**Art. 152º-** A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, pelo Secretário, devendo os Vereadores responder SIM ou NÃO, conforme forem favoráveis ou contrários a proposição.

Parágrafo Único - O presidente proclamará o resultado mandando ler o número total e os nomes dos Vereadores que tenham votados SIM e dos que tenham votado NÃO:

**Art. 153º-** Nas deliberações da Câmara, a votação será pública, salvo decisão contrária da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único - O voto será secreto:

- I. nas eleições da Mesa;
- II. nas deliberações sobre as contas do Prefeito e da Mesa;
- III. nas deliberações sobre a perda do mandato de Vereador, Vice-Prefeito e Prefeito.

**Art. 154º-** As votações devem ser feitas logo após o encerramento da discussão, só se interrompendo por falta de número.

Parágrafo Único – Quando se esgotar o tempo regimental da sessão e a discussão de uma proposição já estiver encerrada, considerar-se-á sessão prorrogada até ser concluída a votação da matéria.

**Art. 155º-** O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se a votar, salvo quando se tratar de matéria do interesse particular seu, ou de seu cônjuge, ou de pessoa de que seja parente consanguíneo ou afim até terceiro grau, inclusive, quando não poderá votar podendo, entretanto, tomar parte na discussão.

§ 1º Será nula a votação em que haja votado Vereador impedido nos termos deste artigo.

§ 2º Qualquer Vereador poderá requerer a anulação quando dela haja participado Vereador impedido nos termos deste artigo.

**Art. 156º-** Durante a votação, nenhum Vereador deverá deixar o Plenário.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

**Art. 157º-** Na primeira discussão, a votação será feita artigo por artigo, ainda que se tenha discutido englobadamente.

Parágrafo Único - A votação será feita após o encerramento de cada artigo.

**Art. 158º-** A segunda votação será feita sempre englobadamente, menos quanto as emendas, que serão votadas uma a uma.

**Art. 159º-** Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas e substitutivo oriundos das Comissões.

Parágrafo Único - Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação de emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, sem preceder discussão.

**Art. 160º-** Destaque é o ato de separar parte do texto de uma proposição, para possibilitar a sua apreciação isolada pelo Plenário.

**Art. 161º-** Justificativa de voto é a declaração feita pelo Vereador sobre as razões de seu voto.

**Art. 162º-** Anunciada uma votação, poderá o Vereador pedir a palavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, a menos que o regimento explicitamente proíba.

Parágrafo Único - A palavra para encaminhamento de votação será concedida preferencialmente ao autor, ao relator e aos líderes partidários.

### CAPÍTULO III Da Questão de Ordem

**Art. 163º-** Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto a interpretação do Regimento, sua aplicação, ou sobre sua legalidade.

§ 1º As Questões de Ordem devem ser formuladas com clareza e com indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º Não observando o proponente o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não tomar em consideração a questão levantada.

**Art. 164º-** Cabe ao Presidente resolver, soberanamente, as questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for requerida.

Parágrafo Único - Cabe aos Vereadores recursos da decisão, que será encaminhada à Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer será submetido ao Plenário.

**Art. 165º-** Em qualquer fase da sessão poderá o Vereador pedir a palavra 'pela ordem', para fazer reclamações quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo 137º, inciso V.

### CAPÍTULO IV Da Redação Final

**Art. 166º-** Terminada a fase de votação, será o projeto, com as emendas, encaminhada à Comissão de Justiça e Redação, para elaboração da redação final, de acordo com o deliberado, dentro do prazo de 3 (três) dias:

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos:

- I. da Lei Orçamentária Anual;
- II. da Lei Orçamentária Plurianual de Investimentos;
- III. de Decreto Legislativo, quando iniciativa da Mesa;



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

IV. de Resolução, quando de iniciativa da Mesa, ou modificando o Regimento Interno.

§ 2º Os projetos citados nos itens I e II do parágrafo anterior, serão remetidos a Comissão de Finanças e Orçamento, para elaboração da redação final.

§ 3º Os projetos mencionados nos itens III e IV do parágrafo 1º, serão enviados a Mesa para elaboração da redação final.

**Art. 167º-** O projeto com o parecer da Comissão ficará pelo prazo de 3 (três) dias na Secretaria da Câmara, para exame dos Vereadores.

**Art. 168º-** A redação final será discutida e votada na sessão imediata, salvo requerimento de dispensa do interstício regimental proposto e aprovado.

Parágrafo Único - Aceita a dispensa do interstício, a redação será feita na mesma sessão pela Comissão, com a maioria de seus membros devendo o Presidente designar outros membros para a Comissão, quando ausentes do Plenário os titulares.

**Art. 169º-** Assinalada a incoerência ou contradição na redação, poderá ser apresentada emenda modificativa que não altere a substância do aprovado.

Parágrafo Único - Rejeitada só poderá ser novamente apresentada a proposição, decorrido o prazo regimental.

### TÍTULO VI DOS CÓDIGOS, CONSOLIDAÇÕES E ESTATUTO

**Art. 170º-** Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a promover completamente a matéria tratada.

**Art. 171º-** Consolidações é a reunião de diversas leis em vigor, sobre o mesmo assunto, sem sistematização.

**Art. 172º-** Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas disciplinares fundamentais, que regem a atividade de uma sociedade ou corporação.

**Art. 173º-** Os projetos de Códigos, Consolidação e Estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópias aos Vereadores e encaminhadas à Comissão de Justiça e Redação.

§ 1º Durante o prazo de vinte dias, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito, respeitando-se o contido no § 4º deste artigo.

§ 2º A critério da Comissão, poderá ser solicitado assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialidade da matéria.

§ 3º A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas e sugestões que julgar coniventes.

§ 4º Decorrido o prazo, ou antes, se a Comissão antecipar o seu parecer, entrará o processo para pauta da Ordem do Dia.

**Art. 174º-** Na primeira discussão, o projeto será discutido e votado por capítulo, salvo requerimento de destaque pelo Plenário.

§ 1º Aprovado em primeira discussão voltará o processo à Comissão para incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º Ao atingir-se este estágio da discussão, seguir-se-á a tramitação normal dos demais projetos.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

**Art. 175º-** Os Orçamentos Anuais e Plurianuais de Investimento obedecerão aos preceitos da Constituição Federal e às normas Gerais de Direito Financeiro.

### TÍTULO VII DO ORÇAMENTO

**Art. 176º-** Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará distribuir cópias aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 1º A Comissão de Finanças e Orçamento tem prazo de 10 (dez) dias, para exarar parecer e oferecer emendas.

§ 2º Oferecido o parecer, será o mesmo distribuído por cópias aos Vereadores, entrando o projeto para a Ordem do Dia da sessão imediatamente seguinte, como item único, para primeira discussão.

**Art. 177º-** É da competência do Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1º Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global de cada órgão, projeto ou programa, ou que vise a modificar seu montante, natureza ou objeto.

§ 2º O projeto de lei referido neste artigo, somente sofrerá emendas nas Comissões da Câmara. Será final o pronunciamento das Comissões sobre emendas, salvo se 1/3 (um terço), pelo menos, dos membros da Câmara solicitar ao Presidente a votação em Plenário, sem discussão, de emendas aprovadas ou rejeitadas nas Comissões.

**Art. 178º-** Aprovado o projeto com emenda, voltará a Comissão de Finanças e Orçamento, para colocá-lo na devida forma, no prazo de 3 (três) dias.

**Art. 179º-** As sessões em que se discutir o orçamento, terão a Ordem do Dia reservada a essa matéria, e o Expediente ficará reduzido a 30 (trinta) minutos.

§ 1º Nas discussões, o Presidente, de ofício, prorrogará as sessões até a discussão e a votação da matéria.

§ 2º A Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, de modo que a votação do orçamento esteja concluída em tempo de ser o mesmo devolvido para sanção.

**Art. 180º-** A Câmara apreciará proposição de modificação do orçamento, feita pelo Executivo, desde que ainda não esteja concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 181º-** Se o Prefeito usar do direito de veto total ou parcial, a discussão e votação do veto seguirão as normas prescritas no Artigo 197º, e seus parágrafos.

**Art. 182º-** Aplicam-se ao projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as regras do processo legislativo.

### TÍTULO VIII DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO E DA MESA

**Art. 183º-** A fiscalização financeira e orçamentária será exercida pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.

**Art. 184º-** A Mesa da Câmara enviará suas contas ao Prefeito, até 1º de março do exercício seguinte, para encaminhamento juntamente com as do Prefeito, ao Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 185º-** A Câmara não poderá deliberar sobre as contas encaminhadas pelo Prefeito, sem o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

§ 1º O Julgamento das contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas, far-se-á no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento do parecer, não correndo este prazo durante o recesso da Câmara.

§ 2º Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, sem deliberação da Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

**Art. 186º-** Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independentemente da leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do Balanço Anual a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para opinar sobre as contas do Município, apresentando ao Plenário o respectivo projeto de Decreto Legislativo.

§ 1º Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores de informações sobre itens determinados na prestação de contas.

§ 2º Para responder aos pedidos de informações previstos no parágrafo anterior, ou para aclarar pontos obscuros da prestação de contas pode a Comissão de Finanças e Orçamento vistoriar as obras e serviços, examinar os processos, documentos e papéis nas repartições da prefeitura e, ainda solicitar esclarecimento complementares ao Prefeito.

**Art. 187º-** Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamento no período em que o processo estiver entregue a mesma.

**Art. 188º-** O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento, sobre a prestação de contas será submetido a discussão e votação, em sessões exclusivamente dedicadas ao assunto.

§ 1º Encerrada a discussão, o projeto de decreto legislativo será imediatamente votado.

§ 2º O projeto será aceito ou rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara no mínimo.

**Art. 189º-** Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterà os motivos da discordância.

**Art. 190º-** Rejeitadas as contas, serão elas remetidas imediatamente ao Ministério Público para os devidos fins.

**Art. 191º-** As decisões da Câmara sobre as prestações de contas, de sua Mesa e do Prefeito deverão ser publicadas no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

### TÍTULO IX DOS RECURSOS

**Art. 192º-** Os recursos contra atos do Presidente serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição, a ele dirigida.

§ 1º O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para opinar e elaborar o projeto de resolução dentro de cinco dias, a contar da data do recebimento do recurso.

§ 2º Apresentado o parecer, com o projeto de resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata e submetido a uma única discussão e votação.

§ 3º Os prazos marcados neste artigo correm dia a dia.

### TÍTULO X DA REFORMA DO REGIMENTO



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

**Art. 193º-** Qualquer projeto de Resolução modificando o Regimento Interno, depois de lido em Plenário, será encaminhado à Mesa, que deverá opinar sobre o mesmo dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º Dispensam-se desta tramitação os projetos oriundos da própria Mesa.

§ 2º Após esta medida preliminar, seguirá o projeto de Resolução a tramitação normal dos demais projetos.

**Art. 194º-** Os casos não previstos neste Regimento serão soberanamente resolvidos pelo Plenário, e as soluções constituirão precedente regimental.

**Art. 195º-** As interpretações do Regimento, feita pelo Presidente em assunto controverso, também constituirão precedentes, desde que a Presidência assim o declare por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

**Art. 196º-** Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução dos casos análogos.

Parágrafo Único - Ao final de cada ano legislativo, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes adotados, publicando-se em separata.

### TÍTULO XI DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

**Art. 197º-** Aprovado o projeto de Lei na forma regimental, o Presidente da Câmara no prazo de 10 (dez) dias úteis, o enviará ao Prefeito que, concordando o sancionará.

§ 1º Usando o Prefeito do direito do veto no prazo legal será ele apreciado pela Câmara no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, em uma só discussão, considerando-se mantido o veto que não obtiver o voto contrário de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, em votação pública. Se o veto não for apreciado nesse prazo considerar-se-á mantido pela Câmara.

§ 2º O veto total ou parcial do projeto de lei orçamentária deverá ser apreciado dentro de 10 (dez) dias.

§ 3º Se a lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Prefeito, o Presidente da Câmara a promulgará, e se este não o fizer, em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente.

§ 4º O prazo previsto no parágrafo primeiro não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 5º Recebido o veto, será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

§ 6º As Comissões tem prazo conjunto e improrrogável de 10 (dez) dias para manifestação.

§ 7º Se a Comissão de Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata, designando em sessão uma Comissão Especial de dois Vereadores, para exarar parecer.

**Art. 198º-** A discussão do veto será feita englobadamente, e a votação poderá ser por partes, se requerida e aprovada pelo Plenário.

**Art. 199º-** Os projetos de resolução e de decreto legislativo, quando aprovados pela Câmara, e as leis com sanção tácita ou com rejeição de veto, serão promulgados pelo Presidente do Legislativo.

Parágrafo Único - A fórmula de promulgação a ser usada pelo Presidente é a seguinte:

“Faço saber que a Câmara Municipal de Godoy Moreira, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente ou Vice-Presidente, promulgo a seguinte (Lei, Resolução ou Decreto Legislativo).”

### TÍTULO XII DAS INFORMAÇÕES





## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

**Art. 200º-** Compete à Câmara solicitar ao Prefeito quaisquer informações sobre assuntos referentes a administração municipal.

§ 1º As informações serão solicitadas por requerimento, proposto por qualquer Vereador.

§ 2º Pode o Prefeito solicitar à Câmara prorrogação de prazo para prestar as informações, sendo o pedido sujeito a aprovação do Plenário.

§ 3º Decorrido o prazo para o atendimento de informações, sem que o Prefeito tenha atendido, as informações poderão ser solicitadas via judicial.

**Art. 201º-** Os pedidos de informações podem ser rejeitados, se não satisfizerem ao autor, mediante novo requerimento, que deverá seguir a tramitação regimental.

### TÍTULO XIII DA POLÍCIA INTERNA

**Art. 202º-** Compete privativamente a Presidência dispor sobre o policiamento do recinto da Câmara, que será feito normalmente pelos funcionários, podendo o Presidente solicitar a força necessária para esse fim.

**Art. 203º-** Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado desde que:

- I. apresente-se decentemente trajado;
- II. não porte armas;
- III. conserve-se em silêncio, durante os trabalhos;
- IV. não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;
- V. respeite os vereadores;
- VI. atenda as determinações da Mesa;
- VII. não interpele os vereadores.

§1º Pela inobservância desses deveres poderão os assistentes ser obrigados, pela Mesa, a retirarem-se imediatamente do recinto, sem prejuízos de outras medidas.

§2º O presidente poderá ordenar a retirada de todos os assistentes, se a medida for julgada necessária.

§ 3º Se no recinto da Câmara for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente. Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato a autoridade policial competente, para a instauração do inquérito.

**Art. 204º-** No recinto do Plenário e em outras dependências da Câmara, reservadas, a critério da Presidência, só serão admitidos Vereadores e funcionários da Secretaria Administrativa, estes quando em serviço.

Parágrafo Único - Cada jornal e emissora solicitará à Presidência o credenciamento de representantes, em número não superior a 2 (dois) de cada órgão, para os trabalhos correspondentes a cobertura jornalística ou radialística.

### TÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 205º-** Nos dias de sessão, deverão estar hasteadas no Edifício e na Sala das Sessões as Bandeiras do Brasil, do Estado e do Município.

**Art. 206º-** Os prazos previstos neste Regimento, quando não se mencionar expressamente dias úteis, serão contados em dias corridos e não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.



## Câmara Municipal de Godoy Moreira Estado do Paraná

Rua Campo Mourão, 184 – Fone/Fax (43) 3463 1122/3463 1173 – CEP 86938 – 000 Godoy Moreira - Pr

Parágrafo Único - Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

**Art. 207º-** Fica mantido na sessão legislativa em curso, o número vigente de membros das Comissões Permanentes.

**Art. 208º-** Todas as proposições apresentadas em obediência às disposições regimentais, terão tramitação normal.

**Art. 209º-** Este Regimento entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2000.

VALDECI PIRES  
Presidente

RUBENS MARTINS DE OLIVEIRA  
1º Secretário

ADONÍSIO ADONISETE OLIVEIRA  
Vice-Presidente

RUBENS MATILDE DE PROENÇA  
2º Secretário

ALDO STEIN  
Vereador

BERNARDO PAVANELLI  
Vereador

JAIR LOPES RUFINO  
Vereador

JOÃO CELINE  
Vereador

PRIMIS DE OLIVEIRA  
Vereador